

CLIAS E PORTOS SECOS

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA

Elisangela Pereira Lopes

Assessora Técnica da Comissão Nacional
de Logística e Infraestrutura da CNA

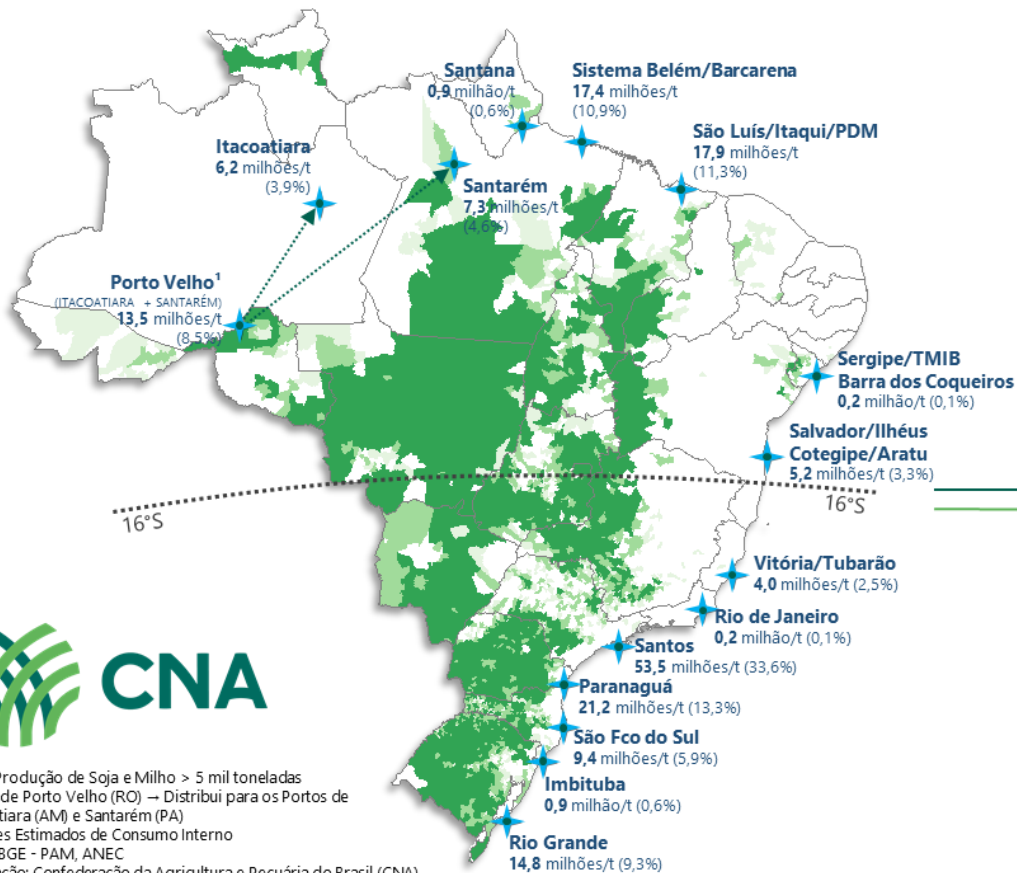
Setembro 2025



Mudança da Produção

Soja + Milho | Produção e Exportação

2024



Acima do Paralelo 16°S

PRODUÇÃO

178,9 milhões/t

67,9%

CONSUMO INTERNO²

37,6 milhões/t

EXPORTAÇÃO A. NORTE

55,1 milhões/t

34,6%

EXCEDENTE

86,2 milhões/t

PRODUÇÃO BRASIL

263,4 milhões de ton.

EXPORTAÇÃO BRASIL

159,1 milhões de ton. (60,4%)

Abaixo do Paralelo 16°S

PRODUÇÃO

84,5 milhões/t

32,1%

CONSUMO INTERNO²

66,7 milhões/t

SUPERÁVIT

17,8 milhões/t

EXCEDENTE

86,2 milhões/t

EXPORTAÇÃO A. SUL

104,0 milhões/t

65,4%



¹ Produção de Soja e Milho > 5 mil toneladas
² Porto de Porto Velho (RO) → Distribui para os Portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA)

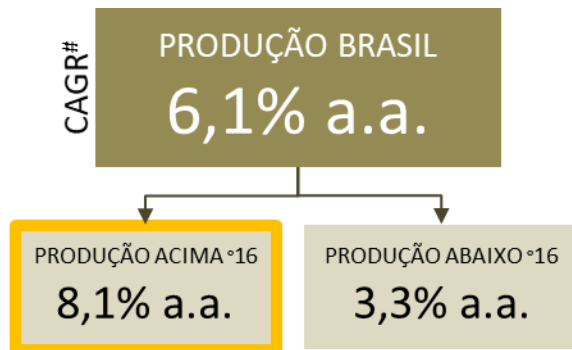
² Valores Estimados de Consumo Interno

Fonte: IBGE - PAM, ANEC

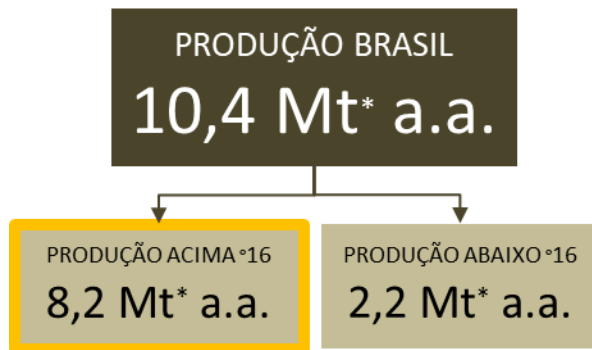
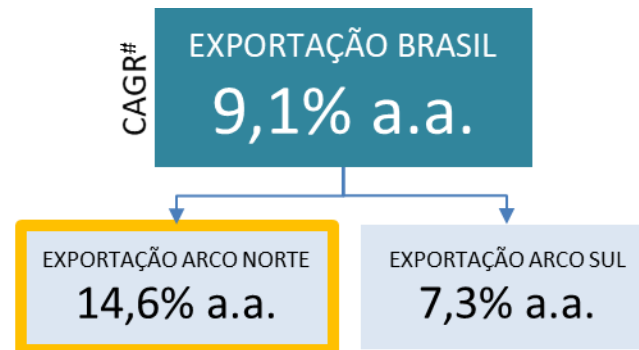
Elaboração: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Crescimento da Produção e Exportação

Comparativo 2009/2024

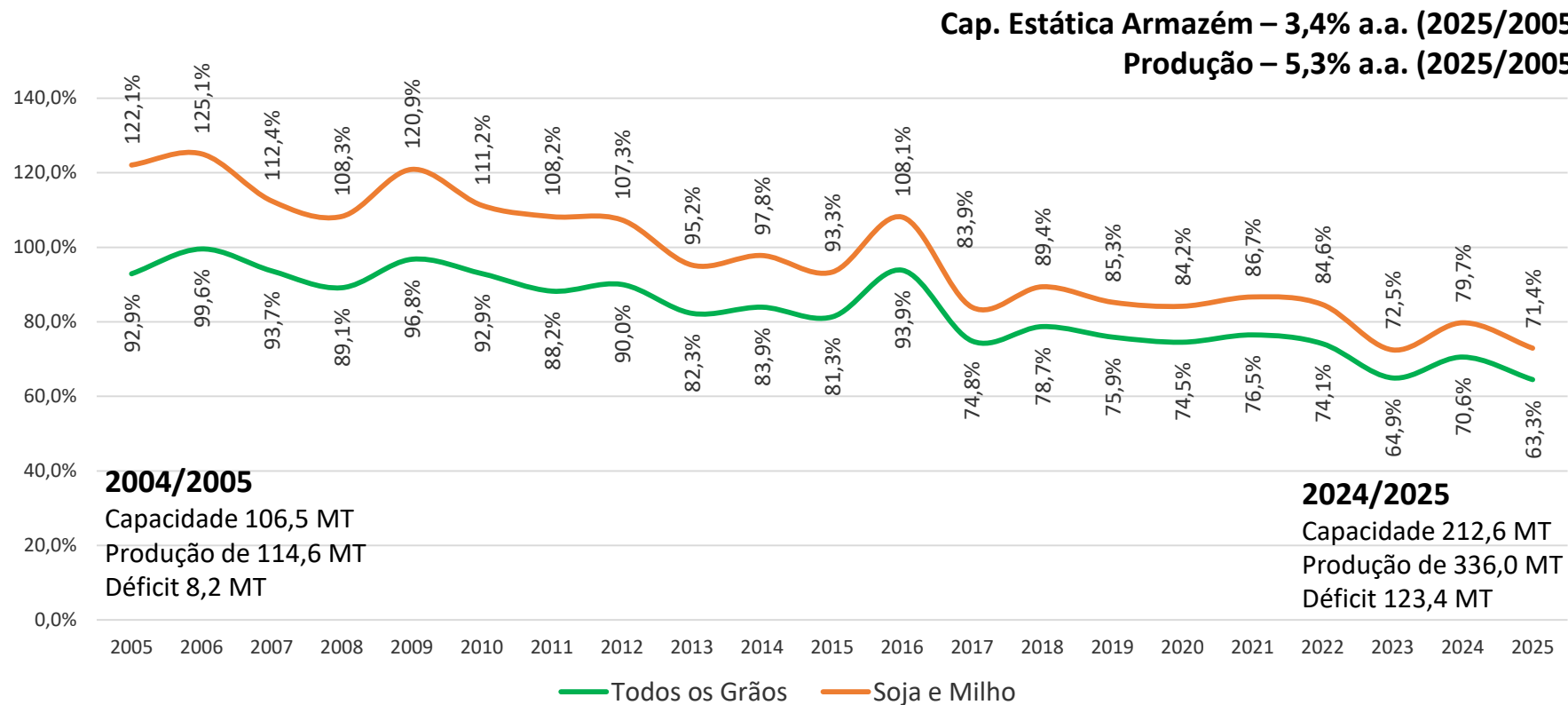


*CARG = CAGR (Compound Annual Growth Rate) ou Taxa Composta Anual de Crescimento



Armazenagem de Grãos

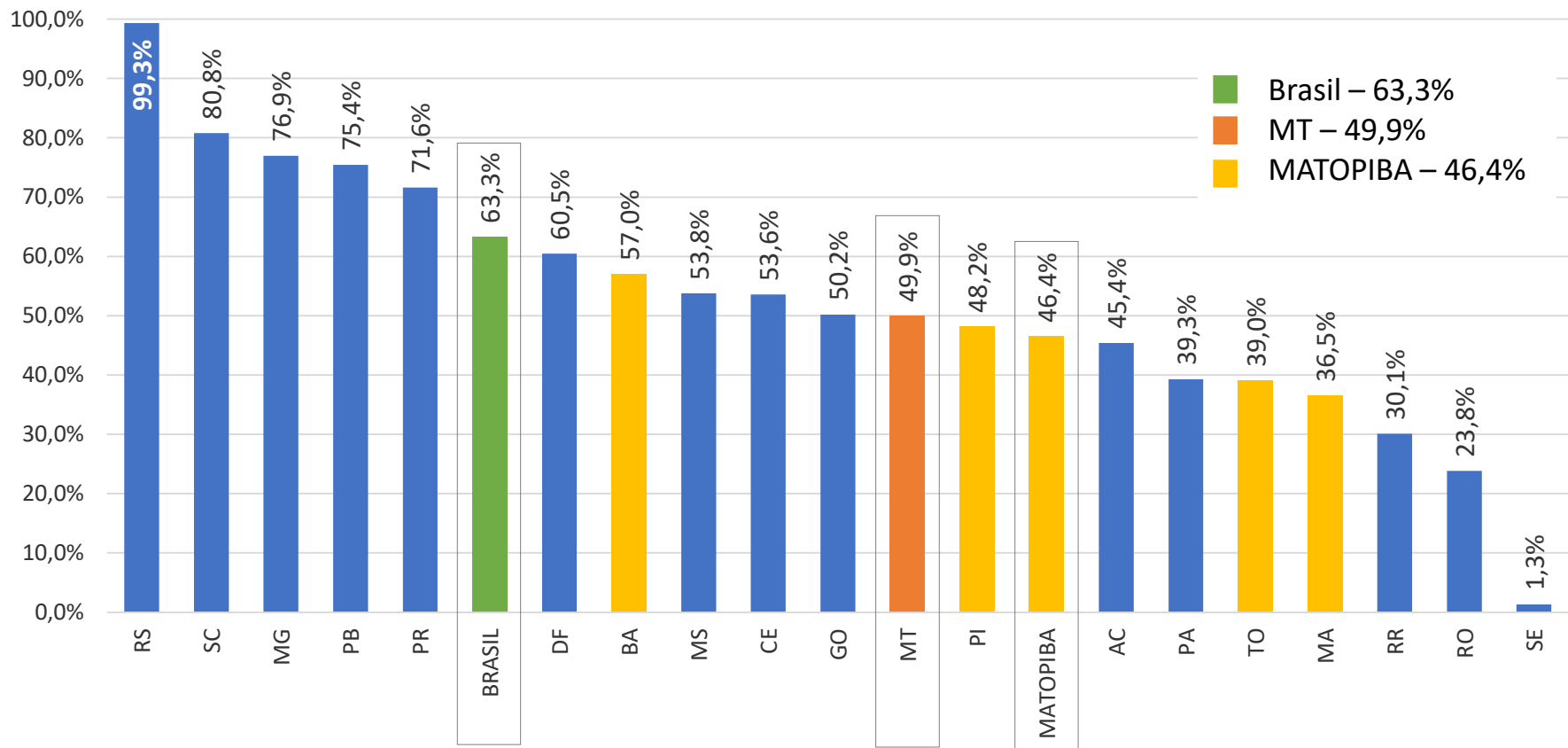
Capacidade Relativa (%)

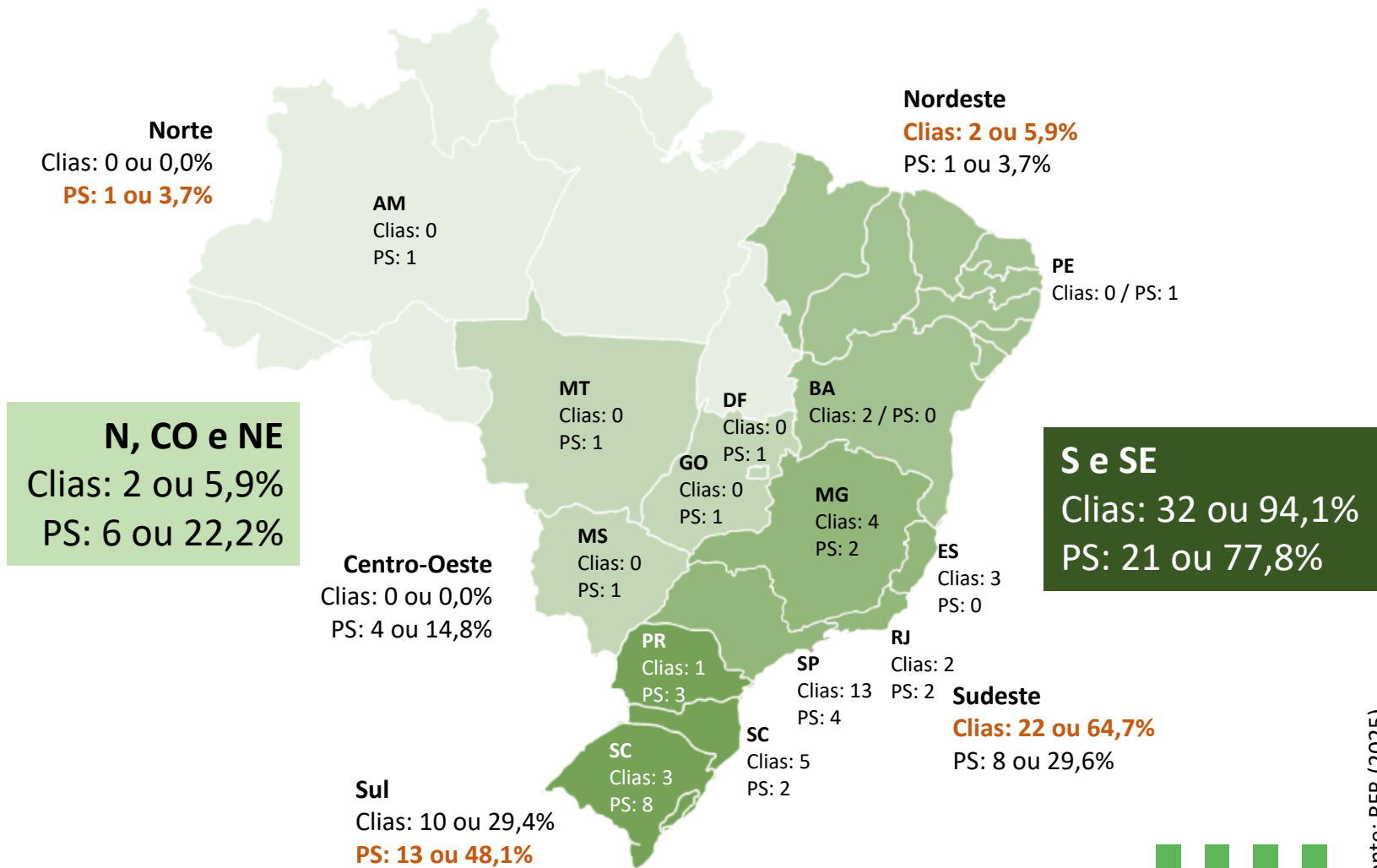


Fonte: elaborado a partir dos dados da CONAB (2025).

Armazenagem

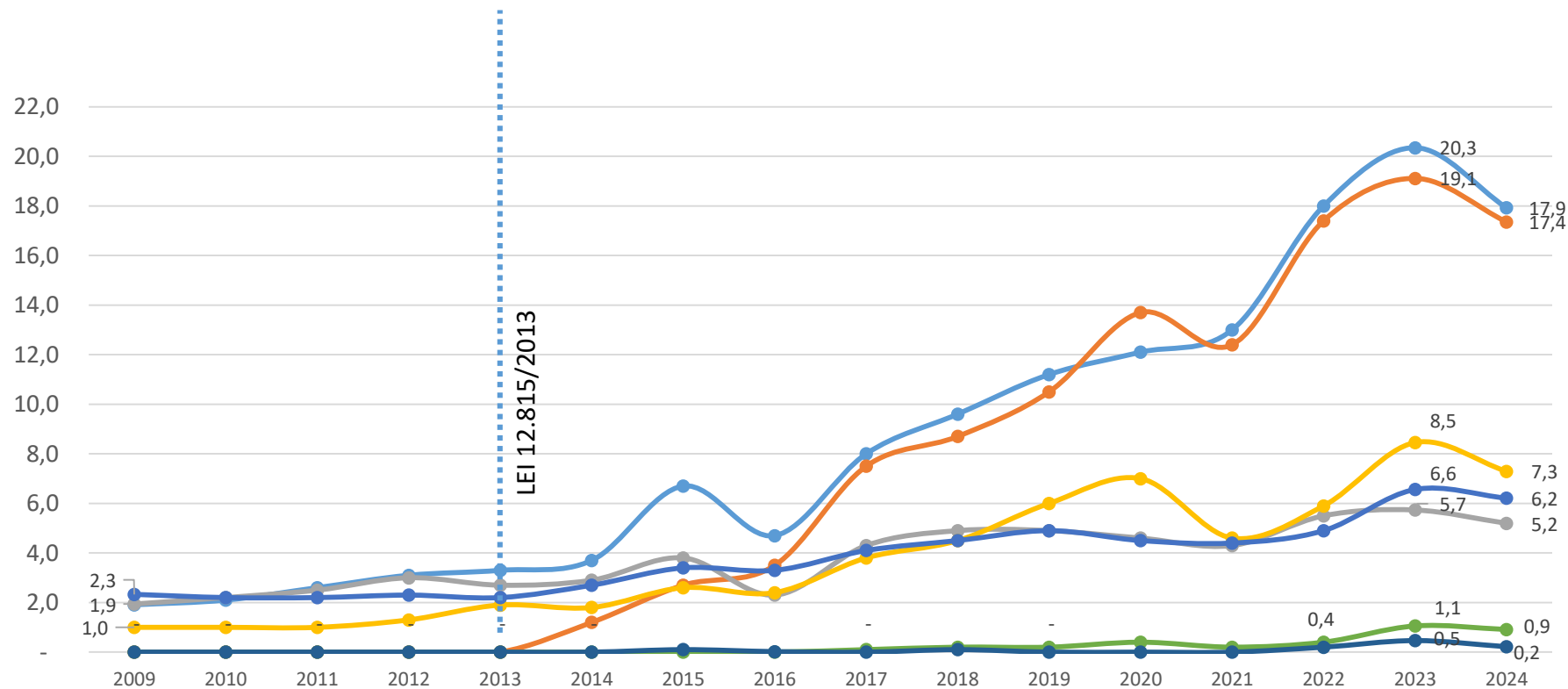
% de capacidade menor que a produção por UF





Evolução das Exportações de Soja e Milho

Complexo Soja e Complexo Milho | Portos do Arco Norte (milhões de toneladas)



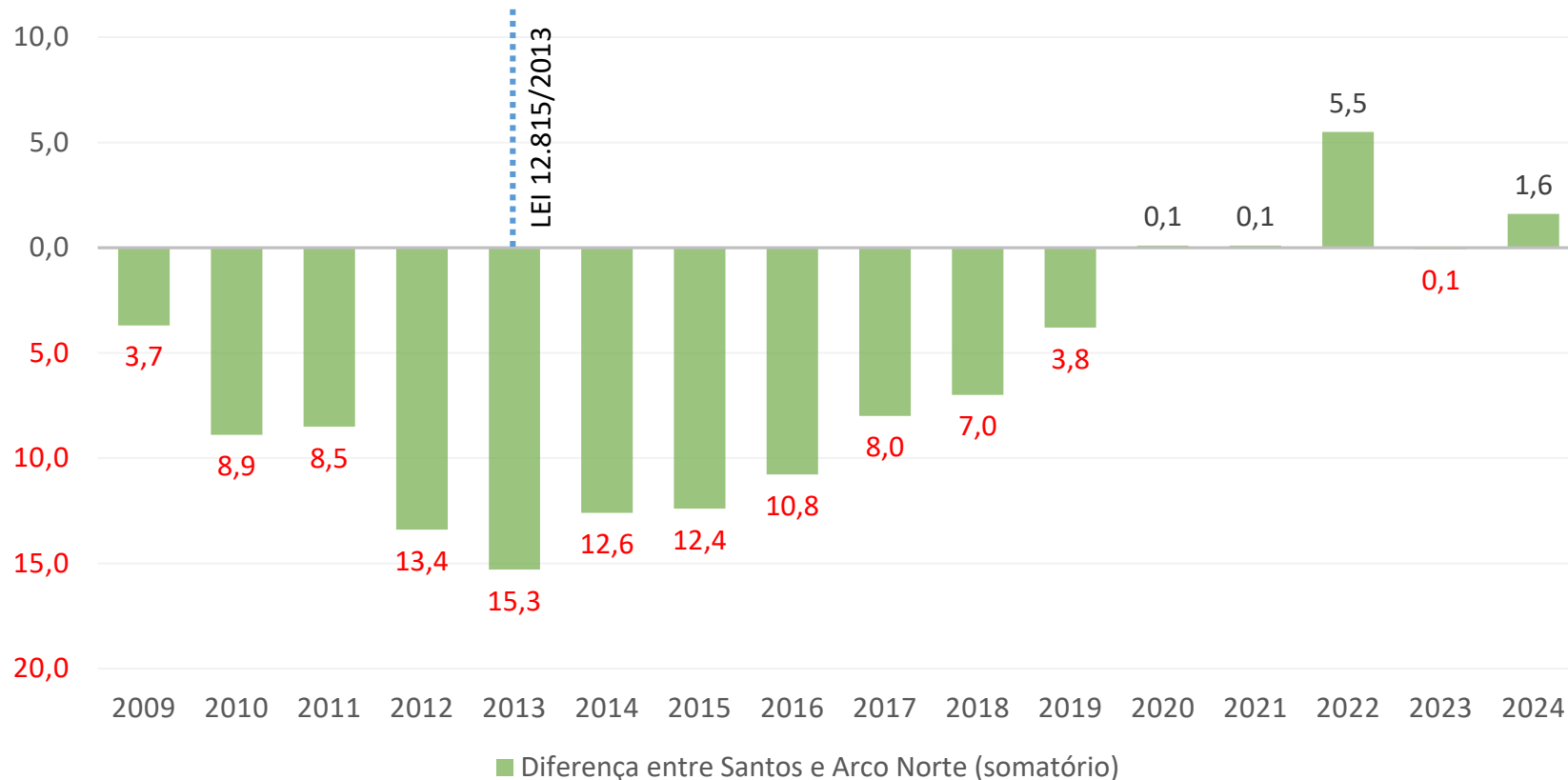
CNA

Elaboração: Secex (2020);

Elaboração: CNA

Diferença entre a Movimentação do Complexo Soja e Milho

Portos do ARCO NORTE x Porto de Santos (milhões de toneladas)



Vantagens dos CLIAS e Portos Secos

+ Agilidade

Processo de **outorga**
célere

+ Investimentos Privados

Segurança jurídica
(investidores)

Construção e operação
sem ônus para Poder
Público

Iniciativa Privada
assume os **riscos do**
negócio

+ Logística Eficiente

Facilidade na
movimentação de carga
(velocidade operacional
– exportações)

Redução de **burocracia**
e do volume de
trabalho (portos)

Armazenagem eficiente

Redução gargalos nos
grandes **centros / ponta**

+ Controle Público

Fiscalização obrigatória
por autoridades
federais

Garantia de
transparência e
segurança



Vantagens dos CLIAS e Portos Secos

+ Apoio ao Agronegócio

Produção e industrialização espalhadas em **várias regiões**

Produtos **elaborados e embalados** próximos às fontes produtoras

Armazenagem de qualidade

Mão-de-obra especializada

Redução dos custos

+ Expansão da Rede

61 PS e Clias em operação

Tramitação da MP 320/2006 – **48 novos pedidos**

+ Economia Local

Criação de **empregos** nos municípios

Aumento da **arrecadação** regional

+ Urgência

Necessidade de **novos PS e Clias**





Receita Federal

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

Nota
Nota/Coana/Gab nº 2009/00107

Brasília, 17 de março de 2009.

Assunto: Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA) – Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006.

5. A alteração da natureza jurídica da outorga, de “licenciamento” para “autorização”, tem como objetivo dar maior autonomia à autoridade pública, em razão da necessidade de se assegurar o controle aduaneiro e permitir ao Estado o exercício pleno de seu poder de polícia. Como consequência prática, tornar-se-á possível adequar eventual excesso de propostas de implementação de CLIA à capacidade dos órgãos responsáveis pelo controle sobre as operações de comércio exterior em exercer suas atribuições e prerrogativas no local ou recinto.

6. Propõe-se, desta maneira, aliar a eliminação das barreiras de entrada impostas pelo modelo de Portos Secos - necessária como fomento à concorrência, à redução do custo Brasil e ao crescimento do comércio exterior brasileiro - à possibilidade de efetiva e eficaz atuação estatal.

7. Cabe ressaltar que ficam mantidos os pilares que ensejaram a mudança e a proposição do projeto pela RFB, quais sejam:

- a) alteração do regime jurídico de exploração dos recintos aduaneiros de zona secundária (Portos Secos), os quais passam a depender de autorização, e não concessão/permissão mediante licitação;



Elisangela Pereira Lopes

elisangela.lopes@cna.org.br

+55 (61) 2109-1467



facebook.com/SistemaCNA



twitter.com/SistemaCNA



instagram.com/SistemaCNA



flickr.com/canaldoprodutor



youtube.com/agrofortebrasilforte